

JUVENTUDE E ESTUDOS (SUB)CULTURAIS: REVISITANDO UM PROGRAMA DE PESQUISA

Ricardo Campos

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA - NOVA FCSH)

José Alberto Simões

Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA - NOVA FCSH)

INTRODUÇÃO

Este texto, tal como os outros que se encontram nesta coletânea, surge no âmbito da 1ª conferência da Rede de Estudos Culturais que se realizou em Aveiro em 2022. O propósito do encontro e, em particular, da comunicação realizada por um dos presentes autores, foi o de abordar as iniciativas desenvolvidas por diversas instituições nacionais no campo dos estudos culturais. Um dos autores esteve em representação do CICS.NOVA¹, Unidade de Investigação à qual pertencemos desde 2015. De mencionar que o CICS.NOVA não tem uma linha de pesquisa especialmente dedicada aos estudos culturais, embora seja de referir a existência de temáticas e linhas de pesquisa que se podem inscrever neste campo interdisciplinar e que merecem destaque. Neste âmbito, pode-se aludir a existência de diversas pesquisas em torno das questões de género, das culturas juvenis ou dos media digitais, temáticas que, como sabemos, têm sido objeto privilegiado de investigação nos estudos culturais.

No entanto, este texto não pretende corresponder a uma descrição exaustiva destas questões, nem da sua inserção ao nível do trabalho desenvolvido no âmbito do CICS.NOVA. Propomos, em alternativa, uma discussão em torno daquilo que tem sido uma linha de investigação que, a nosso ver, se afi-

¹ O CICS.NOVA é uma unidade de investigação criada em 2015, a partir da fusão de três outras unidades: CESNOVA – Centro de Estudos de Sociologia (NOVA FCSH), e-GEO – Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional (NOVA FCSH) e CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais, (Universidade do Minho). O CICS.NOVA está sediado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e tem Pólos noutras instituições de ensino superior (Universidade do Minho, Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Politécnico de Leiria).

gura como marcante a nível nacional, pelo seu pioneirismo e ligação intrínseca à tradição dos estudos culturais britânicos. Diga-se, em abono da verdade, que esta linha de pesquisa tem antecedentes ligados a outros centros de investigação, embora esteja desde início fortemente ligada à FCSH e ao seu departamento de sociologia². Referimo-nos, em concreto, a uma linha de investigação em torno das culturas e subculturas juvenis, que se iniciou em meados da década de 90³ e que se foi gradualmente solidificando. Apesar de envolver diversos objetos de pesquisa, em torno da juventude, o que merece destaque é a abordagem remetendo para as práticas criativas e estéticas desenvolvidas pelos jovens. A abordagem adotada está particularmente interessada em entender a articulação entre as identidades sociais dos jovens e os processos de consumo e produção cultural, particularmente no contexto de determinados grupos ou comunidades com uma posição periférica ou subalterna. Aqui distanciamos-nos de perspectivas estritamente culturalistas, para nos situarmos no âmbito de abordagens preocupadas igualmente com os contextos sociais das práticas culturais, que as organizam de forma complexa.

Neste âmbito o universo do rap, do graffiti e da arte urbana, bem como do ativismo cultural, artístico e digital, têm merecido a nossa atenção. Esta é uma abordagem que não ignora, antes pelo contrário, a articulação entre as práticas criativas, a produção e consumo cultural e a dimensão política que atravessa estes processos sociais. Neste sentido, os estudos culturais não se apresentam como uma área disciplinar definida, mas como um campo “multi e pós-disciplinar” (Barker, 2002, p. 3), com determinadas preocupações analíticas e práticas. A cultura – entendida enquanto significado – e as suas representações constituem a preocupação central, mas igualmente as suas consequências, o que nos remete para o poder e os mecanismos geradores das práticas significativas.

O propósito deste texto é, então, por um lado, revisitar e avaliar cerca de duas décadas de pesquisa neste campo e, por outro lado, debater aquilo que entendemos ser a articulação entre a juventude enquanto objeto científico e os estudos culturais, no mundo contemporâneo.

² Nomeadamente a projetos de investigação desenvolvidos no entretanto extinto CEOS – Instituto de Investigações Sociológicas, entre 1996 e 2000, no departamento de Sociologia da FCSH.

³ Para a emergência desta área pesquisa foi particularmente relevante o financiamento da FCT a três projetos de pesquisa desenvolvidos no departamento de sociologia da FCSH, de que daremos conta mais à frente.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE

Sendo um lugar-comum sociológico, nunca é demais sublinhar que os grupos etários correspondem a construções socio-históricas. Quer as categorias etárias criadas, quer as fronteiras que as definem, bem como os papéis que lhes são atribuídos, resultam de processos sociais complexos, que dependem de circunstâncias e dinâmicas históricas. Como vários autores demonstraram (Áries, 1988; Feixa, 2006; Pais, 1993), a infância e a juventude são invenções que resultam de processos históricos claramente identificados.

A academia participa, obviamente, da forma como se constrói a juventude enquanto categoria socio-etária. Há uma perspectiva bio-psicológica, particularmente centrada em critérios de ordem fisiológica e comportamental, atenta às transformações corporais e emocionais dos indivíduos. No campo das ciências sociais, a preocupação é outra. A juventude enquanto fase de vida, composta por indivíduos partilhando uma condição social semelhante (dependência, subalternidade) e uma série de papéis sociais correspondentes (filho, estudante), regulados por um conjunto de instituições sociais (escola, família). No entanto, este não é um campo inteiramente regulado e vigiado, sendo que existem territórios de emancipação, criatividade e ruptura, como muito bem demonstraram os estudos (sub)culturais. As culturas juvenis traduzem, precisamente, esse lado mais dinâmico e irreverente associado a esta fase de vida, mediante a afirmação de práticas alternativas que parecem escapar aos modelos normativos dominantes.

A forma como estas categorias são entendidas também se tem alterado, sendo fruto de negociações e tensões sociais. A infância de início do século passado, não se assemelha à infância contemporânea. Não são apenas os limites etários do grupo que podemos entender como jovem que se têm alterado, é também a aquisição dos atributos de maioridade que nos permitem definir os limiares de transição para a idade adulta. Este facto confronta-nos com diferentes modelos de transição (Galland, 1997). Esta variabilidade não decorre apenas do tempo histórico, mas de outras variáveis de ordem social, geográfica ou cultural. A latitude geográfica, classe social ou religião de pertença determinam que a infância e juventude sejam concebidas de forma diferenciada. Logo, decorre daqui algo que nos parece evidente, a juventude não é, apenas, uma categoria biológica, determinada por critérios fisiológicos e psicológicos. Deste modo, há que ter em consideração que apesar de parâmetros socialmente consensualizados nos permitirem distinguir certos indivíduos como jovens, partilhando uma série de atributos, há uma enorme variedade de si-

tuações que nos obrigam a olhar para a heterogeneidade da juventude. Esta variação é social, geográfica e histórica, algo que as abordagens antropológicas há muito reconhecem, atentas às diferenças socioculturais que a juventude assume em contextos não-Ocidentais (Amit-Talai e Wulff, 1995).

Os estudos culturais partem, precisamente, destas premissas, atentos ao papel que diferentes atores e processos socio-culturais detêm na construção das identidades coletivas e na produção de determinadas práticas culturais significativas.

JUVENTUDE E ESTUDOS (SUB)CULTURAIS

A tradição dos estudos subculturais está umbilicalmente ligada ao Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da universidade de Birmingham, instituição que nos anos 70 albergou uma equipa especialmente dedicada ao estudo de novas dinâmicas juvenis, particularmente mediáticas e disruptivas. O estudo das denominadas subculturas juvenis do pós-Guerra, no Reino Unido, associadas a movimentos como os punks, os skinheads, os rastafáris, os mods ou os rockers, que se caracterizam por um estilo visual distintivo, deu origem à constituição de um corpo teórico eclético que se inspirou em múltiplos autores e tradições – das conceções da Escola de Chicago e do funcionalismo sobre desvio à semiologia, passando pelas noções de Gramsci sobre ideologia e hegemonia, pelo estruturalismo ou pela psicanálise, entre outras referências⁴. A obra seminal de Hall e Jefferson (1976), *Resistance through rituals*, estabeleceu todo um programa de pesquisa com uma base teórica de inspiração marxista, procurando entender e teorizar a forma como os jovens das classes populares britânicas lidavam com uma série de contradições do capitalismo e consumismo. A juventude era entendida como um agente criativo, com capacidade para gerar respostas inovadoras e ideologicamente significativas, perante os processos de hegemonia e coerção impostos pela ideologia e cultura dominantes.

Os autores do CCCS preocuparam-se em compreender a articulação entre as dimensões estruturais de pertença dos jovens (na classe trabalhadora, na cultura dos pais) e as suas práticas, representações e expressões culturais. O domínio político encontrava-se, de alguma forma, subsumido nas preocupações de ordem simbólica, dado que as soluções coletivas encontradas para

⁴ Ver, por exemplo, para uma síntese do contexto histórico dos *cultural studies* e das correntes que marcaram o seu desenvolvimento, Hall (1986).

o problema da contradição estrutural vivida por estes jovens eram, essencialmente, de natureza cultural, não comportando resoluções políticas para os problemas sociais em questão (Cohen, 1997 [1972]). As subculturas juvenis eram apontadas como formas de *resistência simbólica* produzidas pelos jovens das classes populares à cultura das classes dominantes (Brake, 1985). A adoção de uma estética e postura determinadas, aquilo que Hebdige (1976) definiu enquanto “estilo” subcultural, servia como resposta interna de auto-valorização do coletivo, procurando resolver *magicamente* (isto é, simbolicamente) as contradições entre a cultura de massas (e o consumismo) ou a cultura dominante e as culturas de origem dos jovens.

O paradigma subcultural foi, a partir dos anos 80, alvo de substanciais críticas facto que implicou o surgimento de novas abordagens em torno de outras categorias conceptuais (Muggleton, 1997; Thornton, 1997; Bennett, 1999). As críticas à abordagem subcultural insistiram na natureza algo rígida, datada e empiricamente pouco fundamentada das suas análises, incapazes de darem conta de um contexto juvenil em mudança principalmente nas décadas de 80 e 90. Neste sentido, outros conceitos emergem adquirindo algum protagonismo no campo dos estudos juvenis, no âmbito daquilo que alguns autores denominaram de abordagens pós-subculturais (Bennett e Kahn-Harris, 2004; Muggleton e Weinzierl, 2003). O conceito de “neo-tribo”, particularmente alicerçado no quadro teórico de Maffesoli (Muggleton, 1997; 2000; Maffesoli, 1996 [1988]) ou de “cena”, nomeadamente no caso da performance e consumo de música urbana (Bennett, 2004; Peterson e Bennett, 2004), pretenderam dar conta de uma realidade juvenil mais fluída, heterogénea e fugaz, menos dependente de uma análise alicerçada na classe social – de cariz estrutural –, em consonância com os paradigmas pós-modernos em voga neste período (Bennett, 1999; Simões, 2002).

Apesar das limitações apontadas à abordagem subcultural, a verdade é que as propostas pós-subculturais (principalmente na sua variante pós-moderna) não se apresentam como uma solução universal para o problema da análise das práticas culturais juvenis. Desde logo, porque os limites apontados à estrutura social para explicar as práticas culturais parece encaminhar algumas análises para o extremo oposto, elucidando as práticas unicamente através das escolhas individuais, entendidas como instáveis e dispersas. Contudo, esta aparente instabilidade e dispersão não tornam os fatores estruturais completamente irrelevantes do ponto de vista analítico (Bennett, 2011; Simões e Campos, 2016b), como tem sido notado por vários autores empenhados em

reabilitar a relevância explicativa da classe social (Griffin, 2011; McCulloch et al., 2006), do género ou da etnicidade (Blackman, 2005; Williams, 2011) nas suas análises.

Por outro lado, podemos identificar, em algumas abordagens pós-subculturais, a tendência para destituir ideologicamente essas mesmas práticas juvenis. Porém, o não reconhecimento da dimensão ideológica das práticas parece-nos excessiva, tendo em conta que várias culturas juvenis têm apresentado motivações ideológicas mais ou menos evidentes. Sem recuar a casos históricos mais óbvios (da luta pelos direitos civis ao pacifismo ou à ecologia), movimentos juvenis associados à ocupação de casas durante a década de 90 (McKay, 1998), movimentos pela justiça global (Juris, 2005) ou, mais recentemente, os protestos globais alicerçados nas redes digitais (Feixa e Nofre, 2013; Tejerina et al, 2013), são reveladores dessa dimensão ideológica (e também política) por detrás das práticas. Na verdade, algumas análises parecem ignorar que a dimensão *estética* associada às práticas juvenis não é incompatível com a sua dimensão *política*. Pelo contrário, ambas as dimensões encontram-se presentes em diferentes contextos, perceptíveis no que tem sido denominado como “carnavais de protesto” (St. John, 2003). Neste sentido, a orientação para o “hedonismo” não seria incompatível com *mobilização política* para determinadas causas. Este facto coloca a análise das subculturas juvenis contemporâneas perante o desafio de procurar conjugar teoricamente a relação entre as vertentes do *consumo* e da *resistência* presentes simultaneamente nas práticas juvenis (Johansson e Lalander, 2012).

Em todo o caso, a contestação subjacente às reivindicações de diferentes movimentos de protesto contemporâneo – como, por exemplo, no caso do movimento pela justiça global (Juris, 2005) – relativamente à sociedade dominante encaminha-se para um plano indiscutivelmente político, algo que nas subculturas juvenis estudadas pelo CCCS se limitava ao lazer (Feixa et al. 2002). Do mesmo modo, vários objetos de estudo juvenis atuais, tais como aqueles que estudámos em diferentes projetos ligados a “culturas urbanas” de que daremos conta de seguida, constituem bons exemplos desta dimensão política manifesta através de diferentes “estratégias urbanas de resistência” (Johansson e Lalander, 2012) marcadamente juvenis.

UMA TRAJETÓRIA DE PESQUISA: IMAGENS, TECNOLOGIAS E PRÁTICAS CRIATIVAS

Mencionámos na introdução a este texto que estaríamos particularmente focados no trabalho pessoal que temos vindo a desenvolver, em colaboração com outros colegas do CICS.NOVA e da FCSH, com os quais temos partilhado a abordagem às (sub)culturas juvenis, dando a origem a um conjunto de publicações e projetos financiados. Esta produção conjunta, ao longo de cerca de duas décadas, deixou lastro e permite que se fale de uma linha de pesquisa consistente que é fortemente inspirada pela abordagem dos estudos (sub)culturais britânicos. Ainda que devidamente ponderadas as críticas que foram dirigidas à abordagem subcultural do CCCS de Birmingham, continuamos a ter em consideração a necessidade de pensar a natureza subalterna, subordinada e subterrânea (Thornton, 1997) de algumas comunidades e grupos sociais, que merecem ser analisados a partir dos seus posicionamentos sociais, numa lógica de tensão relativamente às categorias dominantes e normatividades hegemónicas. Assim, a abordagem subcultural não se limita a identificar práticas específicas associadas a grupos restritos (sugerido pelo prefixo “sub”), destaca também a relação de tensão que os mesmos estabelecem com a sociedade dominante ou maioritária, criando por isso universos culturais e simbólicos distintos e alternativos, regulados por um quadro normativo próprio, internamente gerado e mantido.

Foi precisamente este princípio que presidiu ao desenvolvimento de pesquisas em torno, por exemplo, do graffiti e do rap em Portugal. O primeiro respeita a uma prática de índole transgressiva, assente na marcação territorial cidadina (Campos, 2010). O segundo diz respeito a uma prática de natureza musical, tradicionalmente associada a campos sociais mais marginalizados e, com frequência, remetendo para minorias étnico-culturais (Simões, 2010). Em ambos os casos, as pesquisas realizadas procuraram dar conta de como estas produções de índole estético-cultural se configuram como elementos constitutivos de uma identidade cultural singular, servindo de laço de congregação de um conjunto de jovens. Estas práticas culturais, ainda que minorizadas, recriminadas ou mesmo perseguidas, como no caso do graffiti, representam um universo socio-cultural coerente que cumpre distintas funções, de ordem estética, lúdica e política (Campos, 2010).

Um primeiro projecto desenvolvido em torno das anteriores temáticas, Subculturas juvenis urbanas⁵, e que decorreu entre 2002 e 2004, dedicou-se a várias expressões da cultura hip-hop, debruçando-se sobre os produtores/criadores de cada uma das suas vertentes. Para além da observação de diferentes eventos e entrevistas aprofundadas com os protagonistas, foram recolhidos materiais visuais relevantes distintos (de fotografias a panfletos), que remetem para importância da imagem nestas subculturas.

Do anterior projeto – e a certa altura de forma simultânea – resultaram dois outros. O primeiro decorreu entre 2003 e 2006, e debruçou-se no estudo da relevância do uso de meios digitais na cultura hip-hop⁶. Na verdade, este projeto explorou de forma pioneira a inter-relação entre as dimensões online (que estava a despontar na época) e offline do hip-hop, recorrendo a uma metodologia de orientação qualitativa assente na observação, na realização de entrevistas com os criadores em cada uma das vertentes e observação e análise de plataformas online. O resultado deste estudo revelou a forma particular como os circuitos digitais alimentam e, simultaneamente, se alimentam das expressões do hip-hop offline (Simões, 2010).

O segundo projeto incidiu especificamente sobre o graffiti na área metropolitana de Lisboa, tendo decorrido entre 2005 e 2007⁷. Esta pesquisa recorreu a trabalho de terreno etnográfico, entrevistas (individuais e de grupo) e ao uso de metodologias visuais (fotografia e vídeo). Compreendeu também uma componente de observação online, que foi usada igualmente como forma de comunicação com alguns dos protagonistas. A orientação metodológica de base etnográfica revelou-se crucial para permitir captar a dimensão mais subterrânea e subversiva desta subcultura (Campos, 2010).

Inspirando-se nos resultados destes dois estudos, foi desenvolvida, entre 2009 e 2011, uma outra pesquisa exploratória centrada em músicos rap lusófono-descendentes que cantam em crioulo. Este estudo integrou-se num projeto mais amplo sobre trajetórias de inclusão e participação digital de grupos

⁵ “Subculturas juvenis urbanas: Ideologia, performatividade e consumo cultural. O caso do movimento hip-hop”, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (POCTI/SOC/41124/2001), coordenado por Sérgio Grácio, tendo decorrido entre 2002 e 2004, na FCSH.

⁶ “Globalização, identidades e subculturas juvenis: representações e práticas culturais em contexto ‘virtual’”, projeto de doutoramento, orientado por Sérgio Grácio e co-orientado Francisco Rui Cádima, desenvolvido na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, entre 2003 e 2006.

⁷ Projecto de Doutoramento em Antropologia, especialidade de Antropologia Visual pela Universidade Aberta, com a tese ‘Pintores de Cidades. Uma abordagem Antropológica ao Graffiti urbano’

e minoriais socialmente desfavorecidas em Portugal e nos EUA⁸. Em termos empíricos, a observação incidiu sobre jovens DJs e MCs luso-afrodescentes residentes num bairro na periferia da cidade de Lisboa. Este é um caso onde a dimensão subcultural – na aceção subterrânea e de resistência referida – é mais evidente, na medida em que não só trata de práticas e circuitos alternativos, como os mesmos se materializam num contexto socioespacial arredado dos circuitos dominantes. Não obstante, como constatámos, apesar do carácter restrito e particular destes circuitos, os mesmos articulam-se através das redes online com outros circuitos, contribuindo para a autopromoção, o empoderamento e a construção identitária destes jovens (Campos e Simões, 2011).

Mais recentemente, e perante a inelutável transformação tecnológica digital que fomos testemunhando, estivemos particularmente atentos à forma como estes campos sociais se adaptaram a novos recursos e realidades. Uma das dimensões que nunca esteve afastada das nossas análises é a dimensão política presente nestes fenómenos juvenis. Consideramos que estas práticas culturais que podemos apelidar de disruptivas, subalternas ou alternativas, existem num espaço que ainda que repleto de contradições, serve de contrapoder e desafio aos normativos dominantes. A sua capacidade de gerar tensão à ordem estabelecida, ao senso-comum e aos lugares de poder, cumpre um papel político relevante, enriquecendo uma sociedade que se quer plural e democrática.

Como resultado desta particular trajetória académica, nos últimos anos, debruçamo-nos sobre os temas da participação política e do exercício da cidadania dos jovens, considerando as esferas extra-institucionais de intervenção cívica. Perante um diagnóstico pessimista e, por vezes, moralista, que entende os jovens como atores politicamente desinteressados e apáticos, existe uma abordagem alternativa, particularmente devedora das perspectivas culturalistas, que defende precisamente o contrário (Pickard, 2019; Pitti, 2018; Soep, 2014). Para esta abordagem, na qual nos situamos, a desilusão com a política institucional e o afastamento da mesma é apenas uma face do fenómeno da participação política juvenil. Existe todo um território menos visível e desconsiderado pela mundivisão adultocêntrica, onde a política acontece. Nos interstícios de diferentes esferas da vida dos jovens, cruzando o universo lú-

⁸ “Inclusão e participação digital. Comparação de trajetórias de uso de meios digitais por diferentes grupos sociais em Portugal e nos Estados Unidos” (Projecto UT-Austin/CD/016/2008), projeto financiado pela FCT ao abrigo do protocolo estabelecido com a Universidade do Texas, Austin. O projeto contou com a parceria da Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Texas (Austin) e Universidade do Porto.

dico, gregário, tecnológico e simbólico, despontam novas formas de debater e de intervir em determinadas causas sociais.

Este aspecto encontra-se patente no projeto que desenvolvemos entre 2014-15 sobre ativismo juvenil com recurso a meios digitais⁹. Num contexto de rescaldo da crise económica e financeira que assolou a Europa e várias partes do mundo, e que conduziu à adoção de medidas de austeridade implementadas por vários governos (Simões e Carmo, 2020), foi particularmente relevante assistir à forma como os jovens se muniram de diferentes recursos e gramáticas de expressão para dar voz às suas preocupações e posicionarem-se face às consequências da crise. O projeto desenvolvido focou-se no papel dos meios digitais enquanto formas privilegiadas de expressão, mobilização, recrutamento e comunicação sobre temas socialmente relevantes, tanto do ponto de vista individual como coletivo (Campos, Pereira e Simões, 2016; Simões e Campos, 2016; 2016a, 2016b; Campos, Simões e Pereira, 2018; Simões e Campos, 2020).

Prosseguindo com a preocupação em captar as diferentes formas de expressão cultural e criativa dos jovens com fins cívicos e políticos, desenvolvemos o projeto Artcitizenship¹⁰, onde exploramos o conceito de “artes da cidadania” (Campos e Sarrouy, 2020; Sarrouy, Simões e Campos, 2022) enquanto categoria conceptual em torno da qual convergem uma série de práticas criativas através das quais os jovens reinventam a política e as suas formas de participação coletiva. Recorrendo a recursos como a imagem, o corpo, o som ou as tecnologias, os jovens demonstram capacidade para intervir à margem da política eleitoral e partidária e dos seus actores.

Neste campo gostaríamos de destacar, mais uma vez, o papel crucial desempenhado pelos media digitais. Perante a crescente mediatização e digitalização do nosso mundo é inevitável falar do impacto que estes recursos têm no quotidiano dos mais jovens. Estes vivem num mundo altamente conectado e digital, sendo mais proficientes no seu uso que a geração dos seus pais. Temos verificado precisamente que os jovens desenvolvem novas gramáticas de expressão individual e de intervenção coletiva que recorrem frequentemente às redes sociais digitais, criando formas inovadoras de participação. O Instagram ou Fa-

⁹ “Ativismo juvenil em rede: media digitais, movimentos sociais e cultura participativa entre jovens activistas”, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (EXPL/IVC-COM/2191/2013), coordenado por José Alberto Simões. tendo decorrido na FCSH entre 2014 e 2015.

¹⁰ “Artcitizenship - Juventude e as artes da cidadania: práticas criativas, cultura participativa e activismo”, projeto financiado pela FCT (PTDC/SOC-SOC/28655/2017), coordenado por Ricardo Campos, tendo decorrido na FCSH entre 2018 e 2022.

cebook, por exemplo, ora servem para divulgar ilustrações e textos, ora contribuem para lançar o debate ou mobilizar os pares para iniciativas diversas.

EM JEITO DE CONCLUSÃO: CONTRIBUTOS PARA (RE)PENSAR A JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA

Não querendo nem podendo ser exaustivos, gostaríamos apenas de avançar com duas ideias que nos parecem cruciais para (re)pensar a juventude do século XXI a partir dos estudos culturais.

A primeira diz respeito à necessidade de reverter um olhar fundador excessivamente etno-espacio-cêntrico. Ainda que por via da centralidade que o conceito de globalização foi adquirindo a partir dos anos 80 e 90, hoje estejamos mais sensíveis à diversidade geográfica e cultural da juventude, importa, todavia, reconhecer que a juventude tem sido tratada basicamente enquanto categoria sociocultural Ocidental (ou do chamado Norte Global), fabricada política, económica, mediática e academicamente, no século XX (Amit-Talai e Wulff, 1995; Campos e Nofre, 2021; Nilan, e Feixa, 2006). Existe uma representação simbólico-cultural (promovida pelos media e as indústrias culturais), política (fomentada pelas instituições políticas nacionais e transnacionais) e académica (distribuída pelos circuitos científicos dominantes) que tem por base condições e estilos de vida específicos, adscritos a um mapa geopolítico limitado. Os estudos juvenis contemporâneos devem, a nosso ver, procurar escapar a este panorama teórico-conceptual forjado no âmbito de um olhar euro/anglo-cêntrico (Nilan e Feixa, 2006; Gonzalez e Feixa, 2013) criando pontes com aquilo que Cooper, Swartz e Mahali (2019: 30) definem como “Youth studies for the global south”.

A segunda remete para a questão da mediatização e digitalização da realidade que opera de forma veloz e se traduz em mudanças rápidas e muitas vezes drásticas na forma como nos relacionamos uns com os outros e com o mundo ao nosso redor. Habitando um mundo em que as relações são crescentemente mediadas e mediatizadas, repleto de ecrãs e de bens imateriais virtuais, importa criar mecanismos epistemológicos adaptados a esta realidade, capacitados para detetar e acompanhar as reconfigurações rápidas do mundo juvenil. Os estudos culturais desempenham um papel importante a este respeito, enquanto campo de natureza inter e multidisciplinar, cruzando a temática dos media, da produção e consumo estético-simbólico, bem como das relações de poder que sustentam estas dinâmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amit-Talai, V. & Wulff, H. (1995). *Youth cultures – A cross cultural perspective*. Routledge
- Ariés, P. (1988). *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Relógio D'Água.
- Bennett, A. (1999). Subcultures or neo-tribes? Rethinking the relationship between youth, style and musical taste. *Sociology*, 3(3), 599–617.
- Bennett, A. (2011). The post-subcultural turn: Some reflections 10 years on. *Journal of Youth Studies*, 14(5), 493–506.
- Bennett, A. & Kahn-Harris, K. (Eds.). (2004). *After subculture: Critical studies in contemporary youth culture*. Palgrave MacMillan.
- Blackman, S. (2005). Youth subcultural theory: A critical engagement with the concept, its origins and politics, from the Chicago School to postmodernism. *Journal of Youth Studies*, 8(1), 1–20.
- Campos, R. & Nofre, J. (2021). *Exploring Ibero-American youth street cultures in the 21st Century - Creativity, resistance and transgression in the city*. Palgrave Macmillan.
- Campos, R. (2010). *Porque pintamos a cidade? Uma abordagem etnográfica ao graffiti urbano*. Fim de Século.
- Campos, R. & Sarrouy, A. (2020). Juventude, criatividade e agência política. *TOMO*, 37, 7-42.
- Campos, R. & Simões, J. (2014). Digital participation at the margins: online circuits of rap music by Portuguese Afro-descendant youth. *Young: Nordic Journal of Youth Research*, 22(1), 87-106.
- Campos, R., Simões, J. A. & Pereira, I. (2018). Digital media, youth practices and representations of recent activism in Portugal. *Communications - The European Journal of Communication Research*, 43(4), 489-507.
- Carmo, R. M. & Simões, J. A. (Eds.). (2020). *Protest, youth and precariousness. The unfinished fight against austerity in Portugal*. Berghahn Books.
- Cooper, A., Swartz, S., & Mahali, A. (2019). Disentangled, decentred and democratised: Youth studies for the global South. *Journal of Youth Studies*, 22(1).
- Feixa, C. (2006). *De jóvenes, bandas y tribus*. Ariel.
- Galland, O. (1997). *Sociologie de la jeunesse*. Armand Colin.
- Griffin, C. E. (2011). The trouble with class: Researching youth, class and culture beyond the “Birmingham School”. *Journal of Youth Studies*, 14(3), 245–259.
- Hall, S. (1986). Cultural Studies: Two paradigms. *Media, Culture and Society* 1980, 2, 52-72.
- Hall, S. & Jefferson, T. (Orgs.). (1976). *Resistance through rituals*. Hutchinson.
- Juris, J. S. (2005). Global justice activism. In Lonnie R. Sherrod (Ed.), *Youth activism: an international encyclopaedia* (pp. 289-295). Greenwood Publishing Company.

- Loader, B. D., Vromen, A., & Xenos, M. A. (2014). The networked young citizen: Social media, political participation and civic engagement. *Information, Communication & Society*, 17(2), 143-150.
- Maffesoli, M. (1996/1988). *The time of the tribes*. Sage.
- McCulloch, K., Stewart, A. & Lovegreen, N. (2006) “We just hang out together”: youth cultures and social class. *Journal of Youth Studies*, 9(5), 539–556.
- Muggleton, D. (1997). The post-subculturalist. In W. Redhead & O’Connor (Orgs.), *The clubcultures reader. Readings in popular Cultural Studies* (pp. 185-203). Blackwell.
- Muggleton, D. (2000). *Inside subculture: The postmodern meaning of style*. Berg.
- Muggleton, D. & Weinzierl, R. (Eds.). (2003). *The post-subcultures reader*. Berg.
- Nilan, P., & Feixa, C. (Eds.). (2006). *Global youth? Hybrid identities, plural worlds*. Routledge.
- Peterson, R. & Bennett, A. (2004). Introducing music scenes. In A. Bennett & R. Peterson (Orgs.), *Music scenes. local, translocal, and virtual vanderbilt* (pp. 1-15). University Press.
- Pickard, S. (2019). *Politics, protest and young people: Political participation and dissent in 21st century Britain*. Springer.
- Pitti, I. (2018). *Youth and unconventional political engagement*. Palgrave Macmillan.
- Sardinha, J. & Campos, R. (Eds.). (2016) *Transglobal sounds. Music, identity and migrant descendants*. Bloomsbury Academic Publishing.
- Sarrouy, A., Simões, J. & Campos, R. (2022) *A arte de construir cidadania: juventude, práticas criativas e ativismo*. Tinta da China.
- Soep, E. (2014). *Participatory politics. Next-generation tactics to remake public spheres*. MIT Press.
- Simões, J. A. & Campos, R. (2016a). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 13(38), 130-150.
- Simões, J. A. & Campos, R. (2016b). Articulações entre a rua e o digital nas práticas culturais juvenis: os casos do rap de protesto e graffiti ilegal em Portugal. *Sociologias*, ano 18, (43), 272-299
- Simões, J. A. & Campos, R. (2017). Digital media, subcultural activity and youth participation: The cases of protest rap and graffiti in Portugal. *Journal of Youth Studies*, 20(1), 16-31.
- Simões, J. A. V. & R. Carmo (2020). Introduction. In R. Carmo & J. Simões (Eds.), *Protest, precariousness and youth. The unfinished fight against austerity in Portugal* (pp. 1-10). Berghahn Books.
- Simões, J. A. V. & Campos, R. (2020). Digital media, youth and the new grammars of activism in Portugal. In R. Carmo & J. Simões (Eds.), *Protest, youth, and precariousness. The unfinished fight against austerity in Portugal* (pp. 163-186). Berghahn Books.

- Tejerina, B., Perrugoría, I., Benski, T. & Langman, L. (2013). From indignation to occupation: A new wave of global mobilization. *Current Sociology*, 61(4), 377–392.
- Williams, J. P. (2011). *Subcultural theory: Traditions and concepts*. Polity.
- Woodman, D. & Bennett, A. (2015). Cultures, transitions, and generations: The case for a new youth studies. In D. Woodman & A. Bennett (Eds.), *Youth cultures, transitions, and generations. Bridging the gap in youth research* (pp. 1-15). Palgrave Macmillan.